

Há mesmo democracia com essa política econômica que está aí?

Logo após tomar posse, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, adotou a iniciativa de visitar a Sala de Imprensa do Palácio do Planalto, onde pediu aos jornalistas que não deixassem de cumprir seu papel de "fiscais" da sociedade em relação aos atos do Governo, insistindo, mesmo, para que eles exigissem, sempre, "transparência", isto é, informação plena, sobre decisões governamentais. A atitude reforçava as expectativas de que o Brasil estivesse caminhando para o rápido fortalecimento do processo de redemocratização, já que o próprio Governo, na pessoa do Ministro, pedia "fiscalização", informação à opinião pública — única forma de evitar as decisões adotadas em gabinetes fechados, sem consulta à sociedade. A atitude não era apenas simbólica: como empresário atuante na vida política do País nos anos de regime fechado, o Ministro Dilson Funaro tinha plena consciência de que, quando o Governo passa a decidir intramuros, desprezando a opinião pública, acaba sendo vítima, por força do próprio jogo político, dos grupos de pressão poderosos — que sempre conseguem acesso aos "donos do poder", pelos mais diversos canais. Como ficou patente ao longo dos últimos anos. Sem "transparência", com a opinião pública desinformada, em resumo, o Governo acaba virando "prisioneiro" dos grupos de pressão e dos interesses políticos que os sustentam e são sustentados por eles. Passa-se a adotar decisões que são pleiteadas por este ou aquele "aliado", e não as decisões que poderiam permitir que fossem resolvidos, mais rapidamente, os problemas econômicos e sociais do País. Num círculo vicioso, quanto mais se atende a esses grupos, mais se passa a depender deles, também no plano da sustentação política. A democracia se enfraquece, no campo econômico, e no campo político.

Infelizmente, a preocupação do Ministro Dilson Funaro com a "transparência" dos atos do Governo já se perdeu nas noites dos tempos. Desprezando totalmente o Congresso Nacional, a classe empresarial, a massa trabalhadora, a socie-

dade, decisões vão sendo tomadas ou informações vão sendo sonegadas com a mesma sem-cerimônia dos tempos do regime fechado. E o que vem acontecendo em relação ao "rombo" do Tesouro, às despesas do Governo, à política de importações, à nova política industrial, — todos eles temas que interessam a toda a sociedade, pois deles depende os rumos que o Brasil seguirá, a curto e longo prazos, com correção ou não de distorções bastante conhecidas. Ainda na última semana, novos fatos, ocorridos naquela área, mostraram a necessidade de uma mudança de atitudes, por parte de Brasília:

● Emissão de dinheiro — Na segunda-feira, porta-voz dos Ministérios econômicos, em entrevista a um jornal, dizia que as emissões de moeda estavam sob controle, que o Governo não teria emitido praticamente nada em maio: "apenas dois a três por cento" sobre a quantidade de moeda existente em abril. Daí a

dois dias, saia o resultado oficial, ainda provisório: as emissões de moeda "estouraram" nada menos de 16 por cento, em abril. Algumas conclusões sobre esses números: os Ministros da área econômica, antes do "pacote", costumavam errar, todos os meses, as previsões sobre a inflação. Mesmo quando faltava apenas uma semana para encerrar o cálculo do índice, eles davam entrevistas otimistas anuncianto taxas baixas, e depois era aquela "surpresa", com um resultado muito pior. Pelo visto, os Ministros e assessores continuam otimistas demais, e, o que é pior, sem saber na verdade o que está acontecendo em suas áreas, tanto que continuam a errar, estrengosamente, no anúncio de "resultados favoráveis", às vésperas de eles serem divulgados. Essas contradições são inaceitáveis, na medida em que a política econômica está nas mãos desses detentores do poder — e eles somente poderão adotar deci-

sões corretas se tiverem conhecimento da realidade.

● Déficit do Tesouro — Repetidamente, assessores ministeriais afirmaram nos últimos dias que o "rombo" final do Tesouro não iria além de Cr\$ 1 bilhão a Cr\$ 2 bilhões. Na sexta-feira, a informação nova: ele teria sido de Cr\$ 4,5 bilhões, em maio. Teria sido. Porque a informação ainda é "provisória". Pode ter sido maior.

● Política industrial — O Governo está estudando a nova política, que deverá orientar o crescimento industrial nos próximos anos, decidindo quais incentivos (isenções de impostos) dará a que setores, se será ainda mais estimulada a automação ou será incentivada a criação de empregos etc. As propostas para cada setor estão sendo debatidas, dentro de grupos de trabalho chamados de "câmaras" — mas com a participação somente de empresários e repre-

sentantes do Governo. São reuniões fechadas, intramuros. A sociedade não está sendo ouvida, solicitada a opinar. Vale dizer: prevalecerão apenas os interesses dos setores e grupos empresariais.

● Importações desnecessárias — Como se alertou recentemente nesta coluna, o Governo está disposto a "torrar dólares", autorizando a importação de máquinas e equipamentos, a pretexto de acelerar a modernização e expansão da capacidade de produção do setor industrial. Felizmente, a indústria nacional de equipamentos acordou para o problema e, na última semana, suas entidades representativas propuseram limites para essas compras no exterior. Uma demonstração da necessidade de haver "transparência" nas decisões do Governo: somente assim, setores da sociedade eventualmente prejudicados podem também agir, protestar, e conseguir que seus interesses sejam respeitados.